

Prioridades culturais

GUSTAVO DAHL *

Na enérgica esbelteza de seus 77 anos, com a maturidade intelectual que lhe é peculiar, o novo ministro da Cultura, Antonio Houaiss, ergue suas prioridades: patrimônio histórico e cinema brasileiro. São ambos testemunhos do tempo que não pára e, literalmente, desagregam-se.

A preservação das reliquias históricas e artísticas, que resistiram à destruição catastrófica que o Brasil faz de si mesmo, é urgência urgentíssima. Esta consciência nasce na famosa viagem que Mario de Andrade e outros poucos aventureiros fizeram a Ouro Preto, em 1922. Apesar de ser história viva, a cidade estava inteiramente deteriorada, esquecida, como acontece atualmente com La Habana Vieja, em Cuba, ou com San Luis de Potosí, na Bolívia, pomposamente designadas de patrimônio cultural da humanidade. Nada mais espanta num país tão louco que há poucas décadas transformava pré-históricos sambaquis litorâneos em farinha de ostra. Ou que ainda hoje desmonta a floresta petrificada próxima a Santa Maria, no Rio Grande do Sul, para usá-la como pedra de mão, em construções banais. Na incômoda metáfora de José Aparecido, ser ministro da Cultura no Brasil é

dormir todo dia com o teto de uma igreja barroca desabando sobre sua cama.

No final do governo Sarney, a dotação orçamentária anual para a preservação do patrimônio em todo o Brasil equivalia a quatro milhões de dólares, menos que qualquer negociata digna desse nome. Vieram depois Collor, Zélia, João Santana, os planos econômicos delinquentes e uma reforma administrativa que imobilizou e desmoralizou o serviço público. Acrescente-se o ressentimento devastador de Ipojuca Pontes, a confessada incompetência funcional do embaixador Rouanet, o contingenciamento dos recursos da União e imagine-se, com tristeza e pena, o que sobrou. A compulsão de autopilhagem que o país tem, herança colonial, só ficará satisfeita quando não houver mais pedra sobre pedra. Como os índios, cujo massacre acaba de celebrar 500 anos, só quando desabar o derradeiro resquício de uma fortaleza seiscentista perdida na Amazônia ou as traças comerem a última partitura de Pixinguinha, descobriremos enfim que estes destroços compunham a cara da nação. Possuirá ela então, inextinguível, desejada, uma horrorosa cicatriz feita de desprezo e desvalorização. E, aturdida, se repetirá a questão inefável: que país é este?

Já o cinema "nacional" é mais complicado. Atento a seu tempo, o ministro reconhece nestas tiras de celulóide que se querem, ou se crêem, mármore, uma opção estratégica. A guerra das culturas através das imagens entre EUA, Japão e Europa já está em curso. O teatro de operações é tanto o éter das ondas hertzianas, quanto a evolução tecnológica ou os mercados globalizados. Como chama a atenção Nelson Hoineff em seu indispensável *TV em Expansão*, o DBS (Direct Broadcasting System) através do satélite e da miniaturização das antenas parabólicas, promoverá a difusão de imagens inteiramente livre de constrangimentos institucionais, estatais ou empresariais. As transformações que o advento da televisão impuseram ao mundo equivalem às da energia atômica ou da inteligência artificial. Faustianamente, o desenvolvimento técnico da Realidade Virtual propõe a troca do verdadeiro e concreto pela sedução da representação, onde tudo se torna possível. Inferno/paraíso terrestre, o ego se dissolve numa alteridade reconstituída, sem diferenciação entre o que sou e o que percebo. Um apocalipse audiovisual, que vozes autorizadas propõem seja detido agora, pela extinção pura e simples da televisão.

Em oportuno editorial, há pouco

o jornal *O Globo* conclamava os intelectuais a fazerem seu papel e interpretar o país. Hoje internacionalmente ridicularizado pela sua fascinação pelas "novelas", o Brasil já foi também respeitado mundo afóra pelos filmes que fazia. Mas guardemo-nos, e muito, da nostalgia megalômana. Salmos de moda, para o bem ou para o mal. A ficção dramática produzida pela televisão brasileira, mesmo em seus momentos mais audaciosos e felizes como a minissérie *Anos Rebeldes*, faz uma leitura superficial da civilização brasileira. Sua missão dramática é produzir lazer popular barato, a mexicana, fria característica do *medium*. Apesar das jovens caras pintadas... Dos dourados aos rebeldes, passando pelos de chumbo, e até os anos oitenta, os filmes brasileiros tentaram devolver ao país a imagem do que contemplavam. As vezes pobremente, às vezes delirantemente, às vezes certamente, as grandes questões nacionais, a espoliação social, a violência, a corrupção, estavam lá. Seria iluminador e produtivo rever esta produção, agora que todos se dão de ética o que os antigos se davam de pretensão e água benta. Isto é, o indispensável à satisfação do próprio orgulho.

Ainda que alquebrado pela involução do mercado interno, pela falta de acesso à televisão, pela transição tecnológica, pela mudança das regras

do jogo internacional, pela inconsistência de sua interlocução política com o Estado e a sociedade, um cinema brasileiro, de novo, pode ser fecundo. Forçosamente terá que ser mais criativo a nível especulativo, expressivo ou econômico, num contexto histórico e mundial, do que o foi quando ficou exclusiva e promiscuamente dependente do subsídio governamental. Imagine-se que transformar em produto ou obra de arte uma realidade que produz o massacre do Carandiru é quase impossível. Mas não é justamente este o desafio?

Com flegma britânica, *The Economist*, bastião do conservadorismo, afetava recentemente que um século de maus governos não tinham conduzido o Brasil à projeção que seus recursos e cultura lhe assegurariam no concerto das nações. Por que não partir daí e inventar-lhe um novo século, redescobrir o Brasil? Começando, é claro, pelo futuro que já chegou, através de uma política audiovisual que integre o cinema e o vídeo com as diversas modalidades de televisão, com os tempos e espaços vertiginosos gerados pela transmissão e processamento de informações, sons e, sobretudo, imagens. Por que não?

* Cineasta, ensaísta e administrador cultural.